



# Sumário

---

*Nota do coordenador, xiii*

- 1 Evolução histórica do processo do trabalho, 1**
  - 1.1 Introdução, 1
  - 1.2 Brasil, 1
  
- 2 Conceito e princípios, 3**
  - 2.1 Conceito, 3
  - 2.2 Princípios, 3
  
- 3 Formas de solução dos conflitos trabalhistas, 5**
  - 3.1 Autodefesa, 5
  - 3.2 Autocomposição, 5
  - 3.3 Heterocomposição, 5
    - 3.3.1 Mediação, 6
      - 3.3.1.1 Comissões de Conciliação Prévia, 6
    - 3.3.2 Arbitragem, 7
    - 3.3.3 Jurisdição, 8
  
- 4 Organização da Justiça do Trabalho, 9**
  - 4.1 Introdução, 9
  - 4.2 Tribunal Superior do Trabalho, 9
  - 4.3 Tribunais Regionais do Trabalho, 10
  - 4.4 Varas do Trabalho, 12
  - 4.5 Secretaria, 13
  - 4.6 Oficiais de Justiça, 13

## **5 Competência da Justiça do Trabalho, 15**

- 5.1 Introdução, 15
- 5.2 Competência em razão da matéria, 15
  - 5.2.1 Contratos de empreitada, 15
  - 5.2.2 Competência normativa, 15
  - 5.2.3 Outras ações, 16
- 5.3 Competência em razão das pessoas, 17
  - 5.3.1 Funcionários públicos, 17
  - 5.3.2 Entes de direito público externo, 17
- 5.4 Competência em razão do lugar, 18
  - 5.4.1 Local da prestação de serviços, 18
  - 5.4.2 Empregados viajantes, 18
  - 5.4.3 Empregados brasileiros que trabalham no exterior, 18
  - 5.4.4 Empresas que promovem atividades fora do lugar do contrato, 18
- 5.5 Competência em dissídios coletivos, 19
- 5.6 Prorrogação da competência em razão do lugar, 19
- 5.7 Foro de eleição, 19
- 5.8 Juiz de direito, 19
- 5.9 Ministério Público do Trabalho, 20
- 5.10 Conflitos de competência, 20

## **6 Atos, termos e prazos processuais, 21**

## **7 Nulidades, 23**

## **8 Partes, representação, procuradores e terceiros, 25**

- 8.1 Denominação, 25
- 8.2 Representação, 25
- 8.3 *Ius postulandi*, 26
- 8.4 Assistência judiciária, 28
- 8.5 Substituição processual, 28
- 8.6 Intervenção de terceiros, 29
  - 8.6.1 Assistência, 29
  - 8.6.2 Oposição, 29
  - 8.6.3 Nomeação à autoria, 29
  - 8.6.4 Denúnciação da lide, 30
  - 8.6.5 Chamamento ao processo, 30

## **9 Ação trabalhista, 31**

- 9.1 Petição inicial, 31
- 9.2 Indeferimento da petição inicial, 32
- 9.3 Inépcia da inicial, 32
- 9.4 Modificações à postulação inicial, 32

- 10 Distribuição, 33**
- 11 Audiência, 35**
- 12 Resposta do réu, 39**
  - 12.1 Introdução, 39
  - 12.2 Exceções, 39
    - 12.2.1 Impedimento, 40
    - 12.2.2 Suspeição, 40
      - 12.2.2.1 Procedimentos comuns à exceção de impedimento e suspeição, 41
    - 12.2.3 Incompetência, 41
  - 12.3 Contestação, 41
    - 12.3.1 Preliminares, 41
    - 12.3.2 Preliminares de mérito, 42
      - 12.3.2.1 Prescrição, 42
      - 12.3.2.2 Decadência, 42
      - 12.3.2.3 Compensação, 42
      - 12.3.2.4 Retenção, 43
    - 12.3.3 Defesa de mérito, 43
  - 12.4 Reconvenção, 43
- 13 Das provas, 45**
  - 13.1 Introdução, 45
  - 13.2 Ônus da prova, 45
  - 13.3 Meios de prova, 46
    - 13.3.1 Introdução, 46
    - 13.3.2 Depoimento pessoal, 46
    - 13.3.3 Documentos, 47
    - 13.3.4 Testemunhas, 49
    - 13.3.5 Perícia, 50
    - 13.3.6 Inspeção judicial, 51
    - 13.3.7 Usos e costumes, 51
- 14 Procedimento sumaríssimo, 53**
- 15 Sentença, 55**
  - 15.1 Votação, 55
  - 15.2 Definições, 55
  - 15.3 Classificação das sentenças, 55
  - 15.4 Efeitos, 56
  - 15.5 Estrutura da sentença, 56
  - 15.6 Custas, 57
  - 15.7 Honorários advocatícios, 57

- 15.8 Publicação da sentença, 58
- 15.9 Erros, 58
- 15.10 Duplo grau de jurisdição, 58

## **16 Recursos, 61**

- 16.1 Introdução, 61
- 16.2 Regras gerais, 62
- 16.3 Pressupostos, 62
- 16.4 Recurso ordinário, 64
- 16.5 Recurso de revista, 65
- 16.6 Embargos, 68
- 16.7 Agravo de petição, 69
- 16.8 Agravo de instrumento, 70
- 16.9 Agravo regimental, 71
- 16.10 Recurso extraordinário, 71
- 16.11 Recurso adesivo, 72
- 16.12 Correição parcial, 72
- 16.13 Embargos de declaração, 73

## **17 Procedimentos especiais, 75**

- 17.1 Inquérito para apuração de falta grave, 75
- 17.2 Ação rescisória, 76
- 17.3 Mandado de segurança, 82
- 17.4 Ação de consignação em pagamento, 83
  - 17.4.1 Consignação extrajudicial, 83
  - 17.4.2 Consignação em pagamento, 84
- 17.5 Prestação de contas, 84
- 17.6 Habilitação incidente, 85
- 17.7 Restauração de autos, 86
- 17.8 *Habeas corpus*, 86
- 17.9 Tutela antecipada, 87
- 17.10 Tutela específica de obrigação de fazer ou não fazer, 88
- 17.11 Ação monitória, 89
- 17.12 Ação civil pública, 90
- 17.13 Ação anulatória de cláusulas convencionais, 91
- 17.14 *Habeas data*, 91

## **18 Medidas cautelares, 93**

- 18.1 Introdução, 93
- 18.2 Contestação, 94
- 18.3 Cessação da medida, 95
- 18.4 Sentença, 95
- 18.5 Prejuízos, 95
- 18.6 Transferência de empregados, 95

- 18.7 Medidas cautelares específicas, 96
    - 18.7.1 Arresto, 96
    - 18.7.2 Seqüestro, 97
    - 18.7.3 Produção antecipada de provas, 98
    - 18.7.4 Exibição, 98
    - 18.7.5 Justificação, 99
    - 18.7.6 Protestos, notificações e interpelações, 100
    - 18.7.7 Atentado, 100
    - 18.7.8 Outros procedimentos, 101
  - 18.8 Medidas cautelares nos tribunais, 101
- 19 Dissídios coletivos, 103**
- 19.1 Conceito, 103
  - 19.2 Distinção, 103
  - 19.3 Classificação, 103
  - 19.4 Competência, 104
  - 19.5 Limites do poder normativo, 104
  - 19.6 Natureza jurídica da sentença normativa, 105
  - 19.7 Condição da ação, 105
  - 19.8 Quórum da assembléia sindical, 105
  - 19.9 Prazo para instauração, 105
  - 19.10 Instauração de ofício, 105
  - 19.11 Legitimidade ativa, 106
  - 19.12 Partes, 106
  - 19.13 Requisitos, 106
  - 19.14 Procedimentos, 107
  - 19.15 Contestação, 108
  - 19.16 Instrução, 108
  - 19.17 Sentença, 108
  - 19.18 Início da vigência, 109
  - 19.19 Prazo de vigência, 110
  - 19.20 Extensão da sentença normativa, 110
  - 19.21 Revisão, 111
  - 19.22 Dissídio coletivo de funcionário público, 111
  - 19.23 Ação de cumprimento, 112
- 20 Liquidação de sentença, 113**
- 20.1 Introdução, 113
  - 20.2 Arbitramento, 114
  - 20.3 Artigos, 114
  - 20.4 Cálculos, 114
  - 20.5 Sentença de liquidação, 115

## **21 Execução, 117**

- 21.1 Introdução, 117
- 21.2 Lei de execução fiscal, 118
- 21.3 Atos atentatórios à dignidade da justiça, 118
- 21.4 Formas de execução, 119
- 21.5 Execução provisória, 119
- 21.6 Legitimidade ativa, 120
- 21.7 Legitimidade passiva, 120
- 21.8 Objeto, 121
- 21.9 Execução contra devedor insolvente, 121
- 21.10 Execução para entrega de coisa, 121
- 21.11 Execução de obrigação de fazer e não fazer, 122
- 21.12 Execução por prestações sucessivas, 122
- 21.13 Execução por quantia certa contra devedor solvente, 122
- 21.14 Nomeação de bens à penhora, 123
- 21.15 Penhora, 123
- 21.16 Bens penhoráveis e impenhoráveis, 124
- 21.17 Penhora de estabelecimento, 125
- 21.18 Segunda penhora, 125
- 21.19 Execução contra a Fazenda Pública, 125
- 21.20 Execução de contribuição previdenciária, 127
- 21.21 Embargos à execução, 128
- 21.22 Impugnação à sentença, 129
- 21.23 Embargos de terceiro, 129
- 21.24 Praça e leilão, 130
- 21.25 Arrematação, 131
- 21.26 Adjudicação, 131
- 21.27 Remição, 131
- 21.28 Embargos à arrematação e à adjudicação, 132
- 21.29 Suspensão e extinção da execução, 132

*Questões de concursos*, 135

*Bibliografia*, 155

*Índice remissivo*, 157